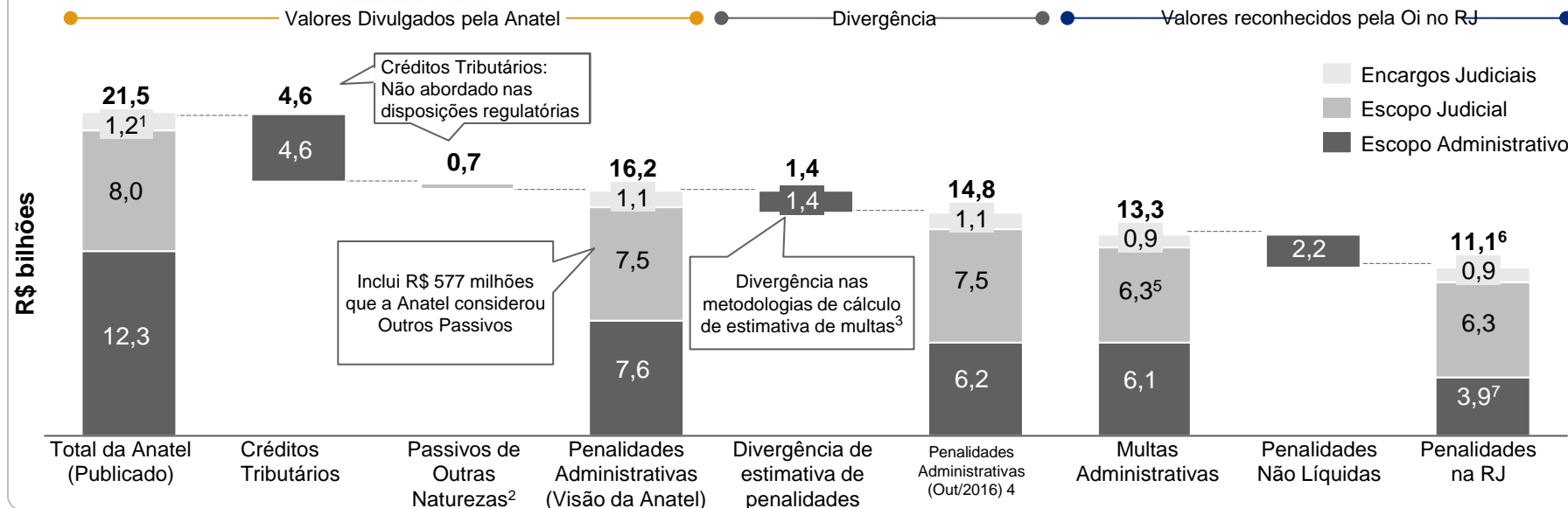


Conciliação de Passivo Regulatório: Ponto de Vista da Oi vs Anatel



1: Considera encargos judiciais decorrentes de registro de créditos na Dívida Ativa (10% do principal), no valor de R\$ 18 milhões.

2: Considera: (a) R\$ 302 milhões do passivo ilíquido em contestação judicial com relação aos prazos de concessão; (b) R\$156 milhões do passivo ilíquido em contestação judicial com relação ao edital público para rede 4G; (c) R\$46 milhões fora do passivo do Plano de Recuperação (Hispamar); (d) R\$150 mil provenientes do recurso de numeração; (e) considera também R\$152 milhões de encargos judiciais. Embora, para fins de comparação na visão de outubro de 2016, dois itens tenham sido alocados neste gráfico em "Penalidades Administrativas (Visão da Anatel) – visão de outubro de 2016": R\$577 milhões referem-se a 3 "TAC de loja" PADOs e; 1 cartão indutivo PADO de R\$ R\$295 mil, inicialmente classificados pela Anatel como "Passivos de Outras Naturezas"

3: Divergência nas estimativas de penalidades: R\$ 1,0 bilhão pelas mudanças de cálculo metodológicas da Anatel, R\$ 0,5 bilhão proveniente de ajuste da receita operacional líquida para estimativa de penalidades; e R\$ 0,06 bilhão proveniente da divergência do valor máximo de penalidades. Além disso, a Anatel não considerou a estimativa de penalidades admitidas no TAC, totalizando até aproximadamente R\$180 milhões.

4: Parte do valor total referente a penalidades por atraso de pagamento e juros; R\$5,0 bilhões para outubro de 2016.

5: Multas judicializadas atualizadas (Sellic) até a judicialização, conforme publicado na lista de credores

6: Os R\$6,3 bilhões incluem: R\$0,8 bilhão detido, mas não julgado; Principal no escopo administrativo: R\$2,8 bilhões; em *standby*: R\$0,4 bilhão; Principal judicializado: R\$3,3 bilhões;

7: Multas estimadas: R\$0,9 bilhão; Penalidades aplicadas: R\$3,0 bilhões

Fonte: Informações da empresa; Lista de credores e Comunicados à Imprensa da Anatel